



INSTITUTO
DE DESENVOLVIMENTO
E GESTÃO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO FUNDO DA MATA ATLÂNTICA

MAIO DE 2017 A

NOVEMBRO DE 2018

GESTOR OPERACIONAL
INSTITUTO DE
DESENVOLVIMENTO
E GESTÃO

FUNDO DA
MATA
ATLÂNTICA





O QUE É O FUNDO DA MATA ATLÂNTICA

O Fundo da Mata Atlântica (FMA) é um mecanismo operacional e financeiro de conservação da biodiversidade do Estado do Rio, que é integralmente abrangido pelo bioma Mata Atlântica. Os recursos do FMA-RJ são de origem privada e são provenientes de empreendimentos que causam significativos impactos ao ambiente. Esses empreendimentos devem, de acordo com a lei estadual 6.572/2013, apoiar a implantação e a manutenção de uma ou mais Unidades de Conservação do Grupo de Proteção Integral (estações ecológicas, reservas biológicas, parques, monumentos naturais ou refúgios da vida silvestre). Há ainda a possibilidade de os recursos serem aplicados em unidades categoria uso sustentável (como APAs, reservas e áreas de relevante interesse ecológico), caso essas unidades sejam diretamente impactadas pelo empreendimento.

A critério do empreendedor, a execução das medidas de apoio à implantação e à manutenção de unidade de conservação poderá ser feita diretamente pelo próprio empreendedor; ou por pessoa física ou jurídica por ele contratada e de sua responsabilidade. Outra possibilidade é depositar os valores de compensação diretamente no fundo, em vez de executar diretamente as atividades. Esta última opção, por ter se mostrado mais prática, desburocrática e eficiente aos empreendedores, acabou por consagrar o dispositivo do Fundo Mata Atlântica, que se fortalece cada vez mais, apresentando-se como um modelo de gestão inovador e ágil.

O Fundo, estabelece a Lei nº 7.061/15, pode ser gerido por uma ou mais entidades que tenham contratos firmados com a Secretaria de Estado do Ambiente. Neste momento, as entidades gestoras operacionais do FMA são o Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG) e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio). O gestor financeiro é o banco Bradesco.



QUEM PODE REIVINDICAR OS RECURSOS

Todos os órgãos gestores de Unidades de Conservação podem pleitear os recursos do FMA. No caso do governo federal, o órgão correspondente é o ICMBio, e no caso das prefeituras, as Unidades de Conservação com gestão municipal. Para as Unidades de Conservação estaduais, o INEA, através da Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas (DIBAPE), pode ser proponente, e a SEA, por meio da Superintendência de Biodiversidade. Proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) também podem reivindicar os recursos.

QUAL PERCENTUAL POR EMPREENDIMENTO VAI PARA O FUNDO?

De acordo com a legislação federal que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – 9.985/2000 - 0,5% de todo o valor do empreendimento potencialmente poluidor é revertido para as compensações ambientais. No entanto, cada estado da federação pode estabelecer sua própria normatização. No caso do Rio, com a deliberação da Comissão Estadual de Controle Ambiental (Ceca) 4.888, de 2 de outubro de 2007, a graduação varia de 0,5% a 1,1% de cada empreendimento, de acordo com o impacto.

QUEM DECIDE OS PROJETOS A RECEBEREM OS RECURSOS

A Câmara de Compensação Ambiental (CCA/RJ), formada por entes de diversos setores, se reúne mensalmente para decidir sobre os projetos. Originalmente, a CCA/RJ foi instituída pela Resolução SEMADUR nº 078, de 25 de novembro de 2004, e posteriormente modificada pela resolução Resolução SEA nº 526/2016. É presidida pelo secretário de Estado do Ambiente e conta, ao todo, com 14 membros, integrantes de organizações como Firjan, Sebrae, UFRJ e Rede de ONGs e Associação Estadual de Municípios do Rio de Janeiro (Aemerj).

A CCA/RJ é um órgão deliberativo, normativo e fiscalizador, integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente e vinculado à Secretaria de Estado do Ambiente. Compete à Câmara analisar e aprovar plano de aplicação dos recursos de compensação ambiental, bem como examinar e decidir sobre a distribuição das medidas compensatórias para aplicação nas unidades de conservação, existentes ou a serem criadas.

A QUEM CABE AFERIR O ANDAMENTO DAS INTERVENÇÕES?

Segundo a legislação, esta é uma atribuição que cabe ao proponente do projeto (prefeituras, Secretaria do Ambiente etc). Ao IDG cabe a responsabilidade da análise dos Termos de Referência para melhor adequação do escopo ao mercado e estabelecer as condições comerciais e contratuais, controle e monitoramento do projeto durante a prestação dos serviços das empresas contratadas para execução dos projetos nas Unidades de Conservação.

ACORDO DE COOPERAÇÃO

Na gestão do FMA, o IDG e a Secretaria estadual do Ambiente trabalham por meio de um acordo de cooperação. O IDG venceu uma licitação e assinou o contrato em maio de 2017. Este modelo de contrato é baseado em ressarcimento: o IDG, gestor operacional do Fundo, por meio de relatórios quinzenais e mensais, apresenta a comprovação das despesas. Em seguida, o Bradesco, gestor financeiro do FMA, autoriza o resgate do valor. Todo o custeio do IDG no mecanismo é financiado pelos empreendimentos que causam impactos ambientais.





MUDANDO O JOGO DA CONSERVAÇÃO

Quando assumimos o desafio de gerir a operação do Fundo da Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro, em maio de 2017, já imaginávamos que teríamos pela frente um trabalho tão complexo quanto gratificante. Estávamos efetivamente entrando num ambiente novo, e isso nos exigiria muita energia, comprometimento e principalmente vontade de acertar e aprender. O desafio era motivador: ajudar a fortalecer a aplicação de recursos em Unidades de Conservação.

Mas o tempo, esse compositor de destinos e tambor de todos os ritmos, como canta Caetano Veloso, é mesmo implacável. Lá se vão 18 meses desde que assinamos nosso contrato. De lá para cá, fortalecemos nossa equipe técnica, afinamos procedimentos, ajustamos a máquina para operarmos da forma que certifica nossa gestão em equipamentos culturais como o Museu do Amanhã e o Paço do Frevo: transparência, ética, criatividade, alegria e respeito.

Desde então, nossos colaboradores apropriam-se do entendimento e das características de cada um dos projetos, olhando com o mesmo carinho, com o mesmo entusiasmo para cada um deles. Seja a sinalização da Reserva da Vida Silvestre (RVS) do Sagui-da-Serra-Escuro, em Itaperuna, ou para a reforma dos históricos reservatórios da Mãe d'Água, no Parque Nacional da Tijuca, a poucos quilômetros do maior cartão-postal carioca, o Cristo Redentor, o IDG imprime sua mesma marca. Para o IDG, tão importante quanto fortalecer as comunidades quilombolas do Parque Estadual da Pedra Branca, na Zona Oeste da capital, é garantir o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Perdição, em Porciúncula, no Noroeste Fluminense.

Quando olhamos todas as realizações neste primeiro ano e meio de atuação, podemos orgulhosamente afirmar que ajudamos a consolidar um novo momento na compensação ambiental fluminense. Historicamente, os repasses, garantidos pela lei que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), há 18 anos em vigor, sofriam com morosidade.

Há três anos, o IDG passava a atuar, de maneira mais direta, na gestão ambiental pública, ao implementar os parques urbanos Santana e Macaxeira, no Recife. No Museu do Amanhã, o programa Horta do Amanhã promoveu, em 2017, atividades pedagógicas que discutiram alimentação saudável e produção urbana. Lembramos os 25 anos da Conferência da ONU de 1992, o flagelo dos refugiados climáticos, reunimos centenas para discutir mudanças climáticas e a governança da Baía de Guanabara. Sediamos o primeiro encontro nacional de trilhas de longo curso, numa parceria com a Conservação Internacional (CI), dentre outros projetos. Com o Fundo da Mata Atlântica, demos um novo e definitivo passo na proteção de nossos ativos ambientais.

Hoje, o FMA conseguiu alavancar as estruturas de diversos parques, reservas, APAs, e acabou se transformando numa referência de modelo para outros estados. Temos não apenas o direito, mas o dever de proteger essa magnífica floresta atlântica, ainda mantida em 28% do território fluminense. Nossas matas abrigam 884 espécies endêmicas da flora, ou seja, com distribuição restrita ao Rio de Janeiro. Mas lamentavelmente 108 dessas espécies são consideradas “espécies lacuna”, ou seja, não estão representadas em Unidades de Conservação do estado. Ampliar e fortalecer a gestão de todas as 464 Unidades de Conservação é fundamental para mantermos essa enorme riqueza. Muitos desafios nos esperam. Queremos uma Câmara de Compensação Ambiental cada vez mais fortalecida, com ampla participação da sociedade civil.

Este relatório resume as nossas ações neste primeiro momento de um contrato que se estende até 2022 – e, esperamos, seja renovado por mais tempo. Quem conhece, conserva. Chega de parques fechados à visitação, divorciados da população. O desenvolvimento só será sustentável com participação plena da sociedade.

Boa leitura!

Ricardo Piquet

Diretor-presidente do Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG)



QUALIDADE DO GASTO E EFICIÊNCIA

Com a instituição da compensação ambiental por empreendimento de significativo impacto ambiental, tem sido possível garantir um volume expressivo de recursos para investimentos em Unidades de Conservação e consequente avanço a passos largos na preservação da Biodiversidade no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

No entanto, um novo desafio surgiu com a demanda sobre a viabilização desses investimentos, por meio de procedimentos que garantissem transparência, qualidade do gasto, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação desses recursos de natureza privada, porém com fins públicos de utilização.

Nesse sentido, surge o Mecanismo do Fundo da Mata Atlântica (FMA), idealizado e implantado a partir de 2009. De forma inovadora, ele estabeleceu uma gestão funcional dos recursos, desde a entrada dos mesmos até sua saída através da execução de projetos por instituições de excelência, selecionadas conforme os padrões exigidos na administração pública.

Por meio do Mecanismo FMA conseguimos executar um volume expressivo de recursos ao longo dos últimos 10 anos (R\$ 160 milhões só em projetos). Com o aprimoramento da gestão, garantimos, através da contratação do gestor financeiro, a rentabilidade de 100% do CDI sobre o valor aplicado. Ganhamos em eficiência, pois conseguimos utilizar de fato os recursos da compensação e, ainda, com redução de custos.

Conseguimos estruturar a maioria das UCs estaduais a partir de projetos executados como elaboração de Planos de Manejo; construção de Sedes nas UCs; cartão vinculado (auxílio no custeio das UCs); agentes ambientais (monitoramento e prevenção de crimes ambientais); aumento de Uso Público; Trilhas e, ainda, diversas UCs municipais.

Elaboramos critérios de avaliação adequados do grau de estruturação e preservação das Unidades de Conservação, através da metodologia do Planejamento Estratégico desenvolvido pela Diretoria de Biodiversidade do INEA. Valeu a pena até agora. E continuará a valer nos próximos anos. O mecanismo FMA renderá bons frutos.

Sergio Mendes

Secretário executivo da Câmara de Compensação Ambiental



APRESENTAÇÃO

O Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG foi constituído em setembro de 2001, a partir da reunião de gestores egressos de outras organizações e da gestão pública. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos. A partir de janeiro de 2013 foi reestruturado e adotou como foco a excelência em gestão de ativos públicos: culturais, científicos e ambientais.

Nos últimos quatro anos, o IDG geriu cinco contratos de gestão, sendo dois em nível estadual e três municipais, além de um convênio em nível estadual para a gestão de ativos públicos; ao todo, o IDG responsabilizou-se pela gestão de 19 equipamentos distintos nos estados de Pernambuco e do Rio de Janeiro que somaram mais de R\$ 268 milhões em contratos, e neste período os projetos atenderam a 5,8 milhões de pessoas. O IDG também atua em consultorias para empresas privadas e na execução ou desenvolvimento de projetos culturais e ambientais.

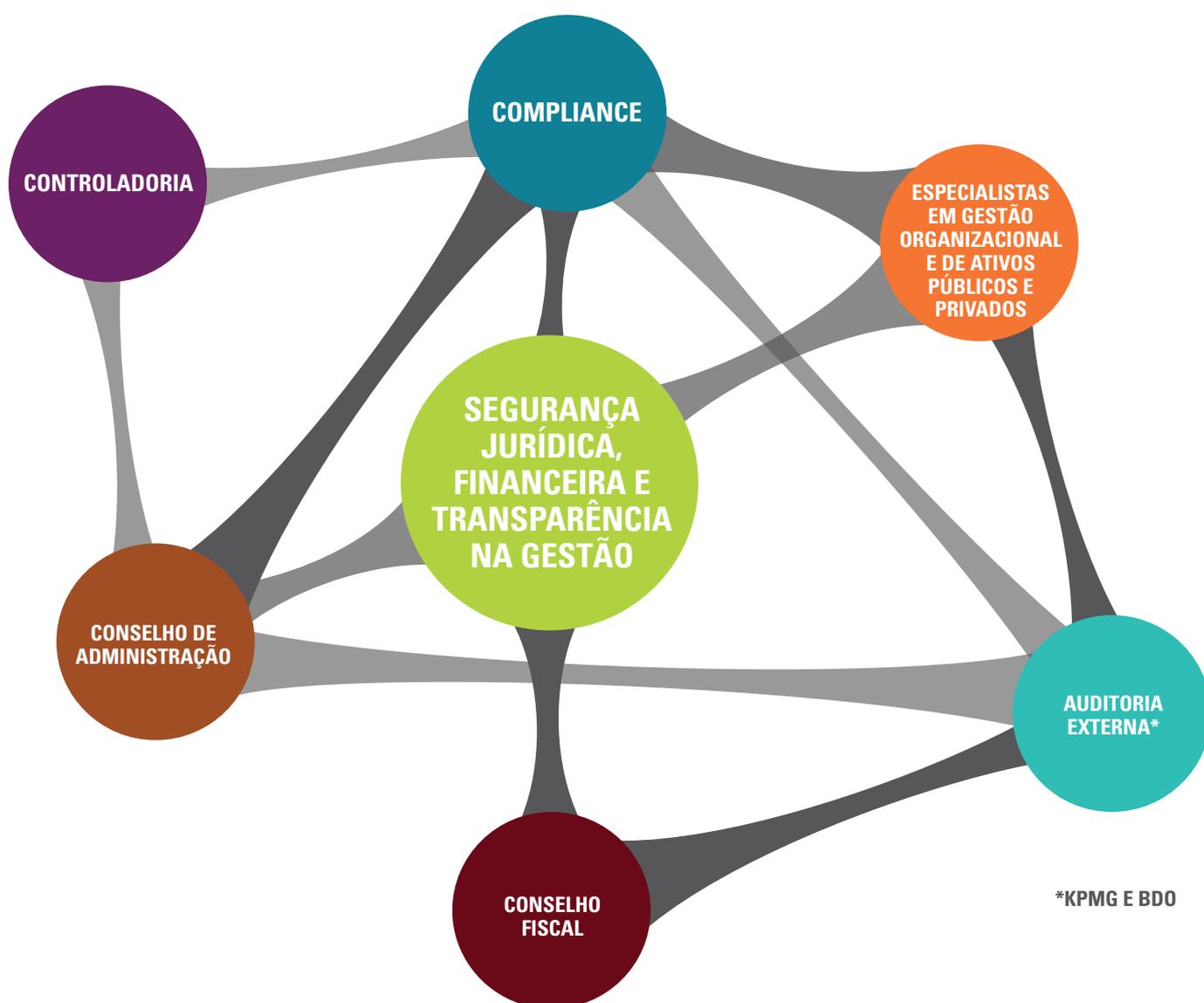
O modelo de governança adotado pelo IDG é inspirado nas boas práticas corporativas nacionais e internacionais, e baseado na gestão por processos. A segurança operacional do IDG está fundamentada em estrutura composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e um sistema de controladoria que mantém foco permanente na segurança jurídica, financeira, e transparência na gestão. A prática estruturada de Compliance, associada à auditoria externa independente realizada por empresas certificadas entre as seis melhores auditorias pela IAB – International Accounting Bulletin garante que a gestão IDG seja de alto desempenho, atingindo resultados com certificação de qualidade operacional.

As operações do IDG são conduzidas por uma diretoria executiva que atua em fina sintonia com as deliberações dessa governança. O quadro diretivo do IDG é composto por um grupo de especialistas em gestão corporativa e de equipamentos públicos, sendo referência em suas áreas de atuação, o que possibilita assegurar a excelência dos serviços propostos/pactuados.

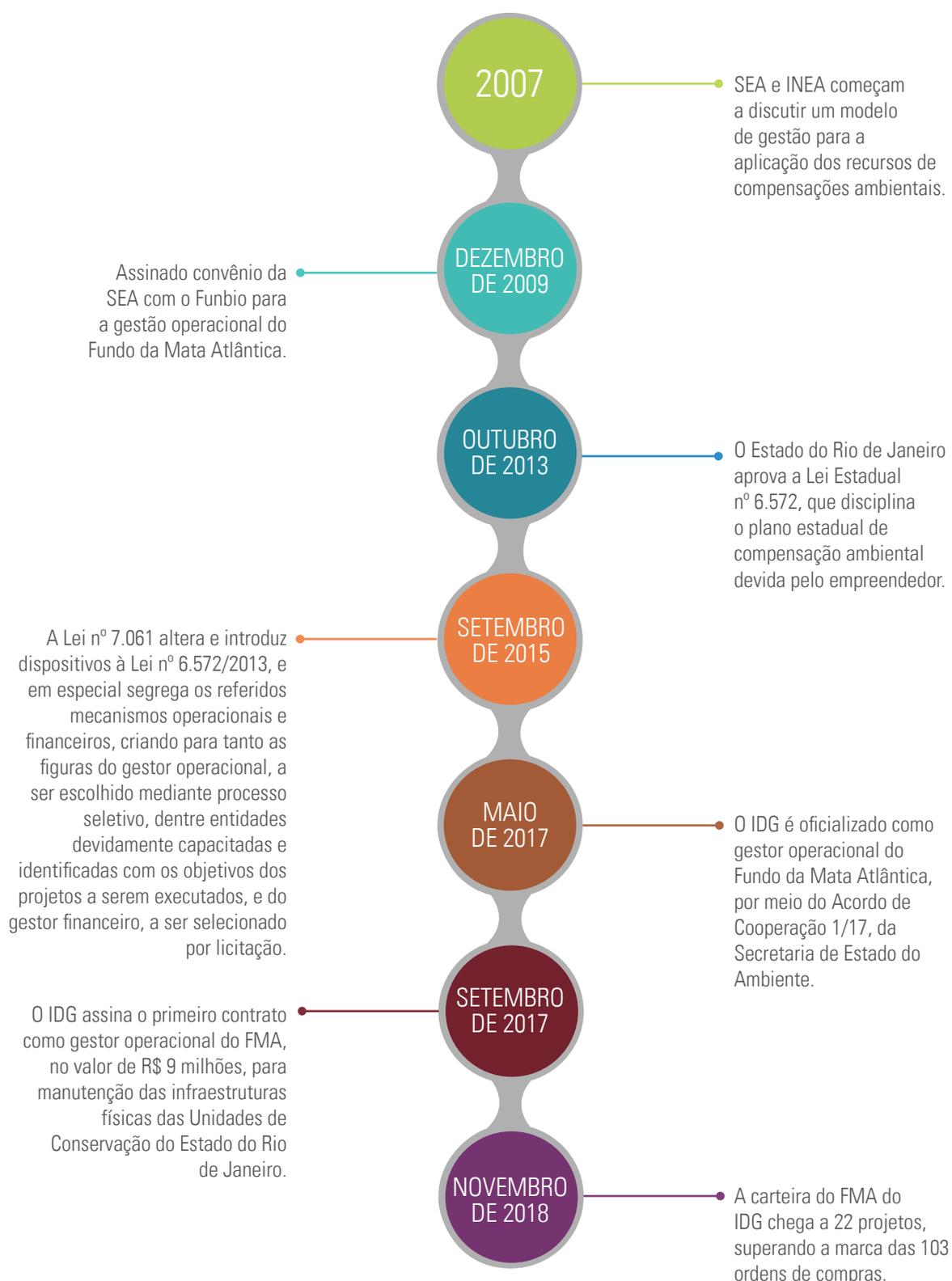
O IDG

Organização social que atua nas áreas de Cultura e Meio Ambiente, o Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG) é gestor operacional do FMA-RJ credenciado junto à Secretaria de Estado do Ambiente do Rio (SEA-RJ) desde 12 de maio de 2017. O contrato finda em 2022, podendo ser renovado.

MODELO DE GOVERNANÇA



BALANÇO IDG/FMA



A photograph of a waterfall cascading down a mossy rock face in a lush forest. The water is in motion, creating a soft blur effect. The surrounding vegetation is dense and green, with sunlight filtering through the trees.

PARQUES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs)

- 1 E.E.E. de Guaxindiba
- 2 MONA Serra da Beleza
- 3 MONA Serra da Canastra
- 4 R.E. da Juatinga
- 5 REBIO da Praia do Sul
- 6 REBIO de Guaratiba
- 7 REBIO de Araras
- 8 P.E. da Ilha Grande
- 9 P.E. Cunhambebe
- 10 P.E. da Pedra Branca
- 11 P.E. da Serra da Concórdia
- 12 P.E. dos Três Picos
- 13 P.E. da Serra da Tiririca
- 14 P.E. do Grajaú
- 15 P.E. da Chacrinha
- 16 P.E. do Desengano
- 17 P.E. da Costa do Sol
- 18 P.E. da Pedra Selada
- 19 P.E. da Lagoa do Açú
- 20 P.E. do Mendanha
- 21 REVIS Médio Paraíba
- 22 REVIS Lagoa da Turfeira
- 23 APA de Mangaratiba
- 24 APA de Gericinó-Mendanha
- 25 APA do Rio Guandu
- 26 APA da Bacia do Rio Macacu
- 27 APA do Pau-Brasil
- 28 APA da Serra de Sapatiba
- 29 APA de Macaé de Cima
- 30 APA da Bacia do Rio dos Frades
- 31 APA de Massambaba
- 32 APA de Maricá
- 33 APA de Sepetiba II
- 34 APA de Tamoios
- 35 APA do Alto Iguaçu
- 36 Floresta Estadual José Zago
- 37 RESEX Marinha de Itaipu
- 38 RDS do Aventureiro
- 39 REVIS Serra da Estrela



FUNDO DA MATA ATLÂNTICA E O NOVO DESENVOLVIMENTO: COMPROMISSO DO IDG

Warren Dean (1932-1994), historiador que desenvolveu cuidadosos estudos acerca da sociedade brasileira, escreveu, em seu *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*, que o enredo das florestas foi sempre a história de exploração e destruição. Guia para estudantes, profissionais das ciências sociais e ambientalistas, a publicação jogou luz na necessidade da criação de uma ordem de ação humana frente aos desafios de preservar os ecossistemas. Há 18 meses como gestor operacional do Fundo da Mata Atlântica, o IDG espera dar a sua contribuição com um novo modelo de desenvolvimento.

Organização social com uma trajetória de excelência de gestão à frente de equipamentos culturais, o IDG mergulha, mais recentemente, com mais profundidade na seara ambiental com governança baseada em pilares éticos fundamentais da convivência e da sustentabilidade. Entendemos que os diversos serviços ambientais inerentes às Unidades de Conservação – fornecimento de água, regulação de microclimas, ar limpo, entre outros – só poderão ser garantidos para as próximas gerações com uma relação íntima da sociedade com as gestões dessas áreas. Neste sentido, guiamos todos os nossos esforços como gestores operacionais do fundo com amparo numa governança baseada em transparência e controle social. As Unidades de Conservação devem ser pensadas como ativos ambientais, sociais e culturais do Estado do Rio. Jamais representam entraves para o desenvolvimento.

O Rio tem uma janela de oportunidades para restaurar a Mata Atlântica por meio de práticas inovadoras de governança. O desenvolvimento a ferro e fogo descrito por Dean precisa dar lugar a um contrato natural. Bons ventos têm soprado. Estudo da MAP Biomas, de 2017, mostrou que em 16 anos o Brasil ganhou em novas florestas praticamente o tamanho da Bélgica. O Rio de Janeiro ficou entre os estados com maior destaque de áreas reflorestadas (18%), seguido de São Paulo (13%) e Paraná (11%). A aplicação dos recursos de compensação ambiental é fundamental para acelerarmos a recuperação ambiental fluminense. Temos um enorme potencial de gerar empregos e fomentar a economia com o fortalecimento de nossos parques.

De maio de 2017, quando assinamos o contrato como gestores operacionais do FMA-RJ, a novembro de 2018, fechamos a realização de 22 projetos, com 12 já assinados, totalizando R\$ 96 milhões na carteira. Recursos 100% privados, mas com destinação para Unidades de Conservação públicas. O *saving* – o quanto foi feito de economia e o quanto de custo foi evitado – chega a 20%. Performamos com excelência: nota superior a 95% em qualidade de entrega. A seguir, os status de todos os nossos projetos do FMA.

SUMÁRIO DE RESULTADOS

MAIO 17 - NOV 18

VALOR TOTAL DE PORTFOLIO

R\$96MI

TOTAL SAVINGS EM NEGOCIAÇÕES

R\$12MI

QUALIDADE DAS ENTREGAS

95%

MAI 2017

NOV 2018

PROJETOS DE ARQUITETURA, OBRAS, PLANO DE MANEJO SOCIOAMBIENTAL, SINALIZAÇÃO, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E VEÍCULOS

PROJETOS

QUANTIDADE DE ORDENS DE COMPRAS

103

SAVING:

20%

SLA* ALCANÇADO:
SERVIÇOS ESPECÍFICOS - 58 DIAS
PROJETOS - 58 DIAS
OBRAS - 77 DIAS

NATUREZA DO PORTFOLIO DO PROJETO

AMBIENTAL

AQUISIÇÕES

23%

32%

45%

ENGENHARIA / ARQUITETURA

ORÇAMENTO ORIGINAL (PLANEJADO)

R\$61MI

VALOR CONTRATADO

R\$49MI

VALOR PAGO MEDIDO (ACUMULADO)

R\$22MI

45%

VALOR A PAGAR

R\$27MI

55%

* SLA (Service Level Agreement), ou Acordo de Nível de Serviço, em português

PROJETO A PROJETO



AGENTES AMBIENTAIS: PROTEÇÃO E GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ADMINISTRADAS PELO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Objetivos geral e específico: Disponibilizar 250 agentes de Defesa Ambiental em 30 diferentes Unidades de Conservação no Estado do Rio de Janeiro; garantir manejo de trilhas, planos de contingência e ações de educação ambiental; aceiros (espaços desbastados de vegetação) em áreas mais suscetíveis a incêndios florestais



Proponente: Instituto Estadual do Ambiente (INEA)

Status atual: Em andamento

Orçamento original: R\$ 25,2 milhões

Valor contratado: R\$ 19,8 milhões

Valor desembolsado: R\$ 8,12 milhões

Prazo: 18 meses

2.



AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, EQUIPAMENTOS E VIATURAS PARA O SERVIÇO DE GUARDA-PARQUES DO INEA (SEGP/GEUC/DIBAPE) E APOIO AO CORPO DE BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO (CBMERJ)

Objetivos geral e específico: Garantir os meios necessários para que o Serviço de Guarda-Parques possa atuar na execução das atividades relacionadas à gestão das Unidades de Conservação sob administração do INEA, a partir da reposição de uniformes e equipamentos



Proponente: Instituto Estadual do Ambiente (INEA)
Status atual: Em andamento
Orçamento original: R\$ 3,5 milhões
Valor contratado: R\$ 2,7 milhões
Valor desembolsado: R\$ 2,7 milhões
Prazo: 12 meses



REVALORIZAÇÃO DO TRECHO INICIAL DO RIO CARIOCA E RESTAURAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DA MÃE D'ÁGUA

Objetivos geral: Promover a restauração e valorização de patrimônio histórico e ambiental do rio Carioca, diretamente relacionado à história ambiental da cidade e do Parque Nacional da Tijuca.

Objetivos específicos: Restauração de bem histórico tombado pelo Inepac (Caixa da Mãe D'Água e Reservatório da Carioca); recuperação de trecho inicial do rio Carioca por meio da remoção de captações desordenadas no entorno; resgate da história do abastecimento público da cidade do Rio; implantação de novo atrativo turístico com construção de pórtico do Parque Nacional da Tijuca e geração de oportunidade de renda para comunidades de baixa renda.



Proponente: Instituto Estadual do Ambiente (INEA)

Status atual: Em andamento

Orçamento original: R\$ 5,6 milhões

Valor contratado: R\$ 4,2 milhões

Valor desembolsado: R\$ 2,6 milhões

Prazo: 12 meses

O PATRIMÔNIO REVIGORADO

Um dos destaques dos 18 meses de atuação do IDG como gestor operacional do Fundo da Mata Atlântica foi o início da recuperação de importantes patrimônios históricos do Parque Nacional da Tijuca. A Caixa da Mãe D'Água e o Reservatório do Carioca, construídos em 1744 e em 1865, respectivamente, antes abandonados, com gradis enferrujados e pichações, começam a ganhar nova roupagem. O projeto, aprovado em julho de 2017, foi impulsionado pela sociedade civil, que criou o projeto "Carioca, o rio do Rio". A jornalista e escritora Silvana Gontijo, idealizadora da iniciativa, comemora: "Graças à pressão da sociedade, esses importantes patrimônios estão sendo recuperados. Essa ação é parte de um desejo ainda maior, que é a recuperação de todo o rio Carioca".



Objetivo geral: Manutenção de instalações inseridas nas Unidades de Conservação, com o objetivo de recuperar a capacidade funcional de cada edificação para que possa atender às necessidades e segurança dos seus usuários.

Objetivos específicos: Contratação de empresa especializada em construção civil para as obras de manutenção das infraestruturas físicas em 36 Unidades de Conservação administradas pelo Estado do Rio de Janeiro, de acordo com a demanda de cada uma delas.

Proponente: Instituto Estadual do Ambiente (INEA)

Status atual: Em andamento

Orçamento original: R\$ 13,6 milhões

Valor contratado: R\$ 9,2 milhões

Valor desembolsado: R\$ 3,8 milhões

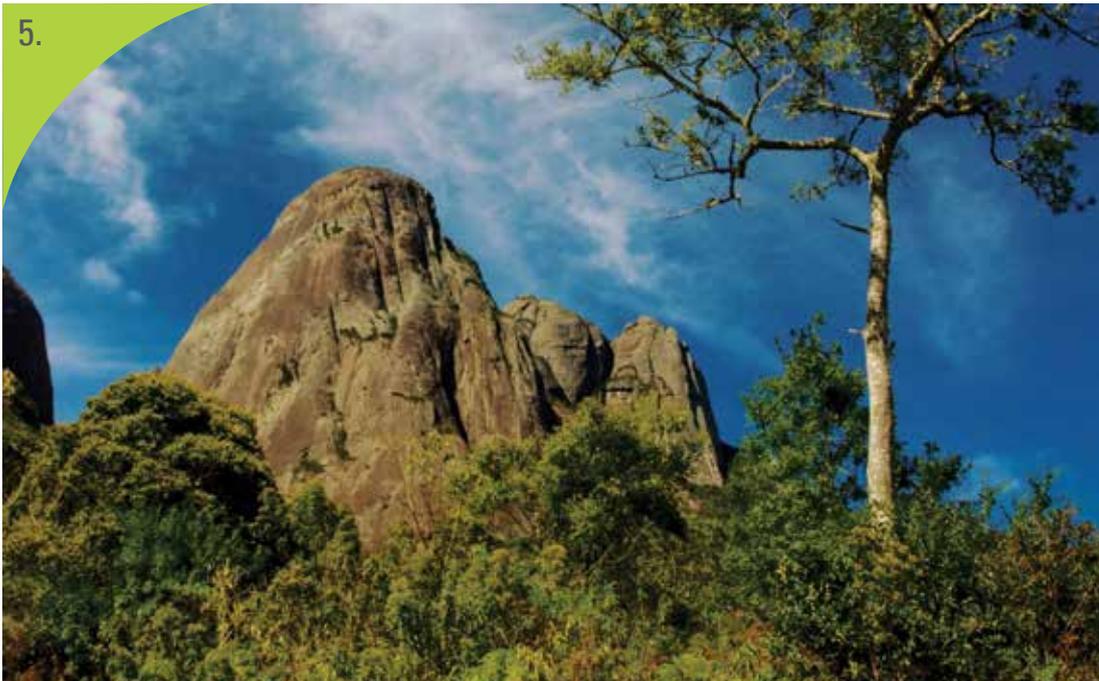
Prazo: 18 meses



O PRIMEIRO, A GENTE NUNCA ESQUECE

Recuperar as estruturas físicas de centros de visitantes, sedes e outras estruturas de apoio aos visitantes em 36 Unidades de Conservação do Estado do Rio, como o Parque Estadual da Pedra Branca e a Reserva Biológica de Guaratiba. Este foi o primeiro desafio da carteira de projetos do IDG do Fundo da Mata Atlântica. Já foram contratados 47% do valor total do projeto, que é fiscalizado pela Diretoria de Recuperação Ambiental (DIRAM), do INEA. Incentivo direto ao ecoturismo!

5.



REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REFORMAS DE EDIFICAÇÕES JÁ EXISTENTES NA FAZENDA ERMITAGE

Objetivos específicos: Contratação de empresa de construção civil, visando à execução das obras na Fazenda Hermitage, em Teresópolis, Região Serrana do Rio. Essas edificações servem de apoio tático e abrigo para uma subsede do Parque Estadual dos Três Picos (núcleo Teresópolis), composto por sede administrativa, uma Unidade de Policiamento Ambiental (UPAM), uma base da PMERJ, uma base de apoio à operação de aeronaves de Grupamento Aeromóvel da PM, construção de espaço multiuso e revitalização de reservatório.

Proponente: Instituto Estadual do Ambiente (INEA)

Status atual: Em fase de análise documental
para contratação

Orçamento original: R\$ 3,7milhões

Valor contratado: R\$ 144 mil

Valor desembolsado: R\$ 149 mil

Prazo: 5 meses

6.



**CONTRATAÇÃO DE OBRAS CIVIS DE IMPLANTAÇÃO DE
INFRAESTRUTURA FÍSICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
FLORESTA ESTADUAL JOSÉ ZAGO, EM TRAJANO DE MORAES,
NO NORTE FLUMINENSE**

Objetivo geral: Promover infraestrutura de apoio administrativo e uso público da Floresta Estadual José Zago, em Trajano de Moraes.

Objetivos específicos: Implantar uma nova sede administrativa, estrutura de apoio e espaço multiuso, aproveitando quando possível as estruturas já existentes no local. As obras para construção de novas estruturas e reformas serão desenvolvidas em consonância com a paisagem local, priorizando o uso sustentável de recursos naturais.

Proponente: Instituto Estadual do Ambiente (INEA)

Status atual: Em andamento

Orçamento original: R\$ 3,2 milhões

Valor contratado: R\$ 1,9 milhão

Valor desembolsado: R\$ 131 mil

Prazo: 12 meses

7.



CONTROLE A MÉDIO E LONGO PRAZOS DA POPULAÇÃO CANINA E FELINA DOMÉSTICA NAS COMUNIDADES INSERIDAS DENTRO DOS LIMITES OU NAS ZONAS DE AMORTECIMENTO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS

Objetivo geral: Promover a redução e o controle a médio e longo prazos da população canina e felina doméstica nas comunidades inseridas dentro dos limites ou nas zonas de amortecimento das Unidades de Conservação Estaduais, através da castração e do estímulo a posse responsável destes.

Objetivos específicos: Realizar atividades de educação e conscientização ambiental, apresentando às comunidades a importância da castração para a saúde do animal, humana e conservação da fauna silvestre. Mobilizar as comunidades do entorno das Unidades de Conservação e cadastrar os animais para castração. Promover junto com entidades de Proteção Animal ou protetores da região pelo menos um evento de adoção e posse responsável. Realizar a campanha de castração. Promover um Seminário Técnico Científico para apresentação e discussão dos resultados obtidos no Projeto com o objetivo também de divulgar a iniciativa e estimular a replicação do Projeto. Publicar a experiência em um caderno técnico-científico impresso, com versão digital.



Proponente: Secretaria de Estado do Ambiente
Status atual: Em andamento
Orçamento original: R\$ 4,6 milhões
Valor contratado: R\$ 4,1 milhões
Valor desembolsado: R\$ 1 milhão
Prazo: 24 meses

8.



PROJETO OLHO VERDE – MONITORAMENTO E DETECÇÃO DE MUDANÇA NA COBERTURA VEGETAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PLANO DE COMUNICAÇÃO

Objetivo geral: Fortalecer a capacidade do INEA nas operações de campo e conscientizar e comunicar o programa de monitoramento das áreas de cobertura florestal das Unidades de Conservação.

Objetivos específicos: Aquisição de material de comunicação audiovisual e equipamento eletrônico nas ações de fiscalização, com o intuito de fortalecer o Projeto de monitoramento via satélite da cobertura florestal e mapeamento do uso da terra.

Proponente: Instituto Estadual do Ambiente (INEA)

Status atual: Em andamento

Orçamento original: R\$ 545 mil

Valor contratado: R\$ 468,4 mil

Valor desembolsado: R\$ 237 mil

Prazo: 38 meses



IMPLEMENTAÇÃO E FORTALECIMENTO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL SABIÁ LARANJEIRA DO ROSAL, EM BOM JESUS DO ITABAPOANA, NOROESTE FLUMINENSE

Objetivo geral: Fortalecimento da gestão e estruturação da Unidade de Conservação Parque Natural Municipal Sabiá Laranjeira do Rosal, com vistas a proporcionar uma participação ativa do poder executivo municipal e sociedade civil.

Objetivos específicos: Reforma das estruturas existentes na área do Parque, construção de camping e mirante, estruturação de trilhas, perfuração de poço artesiano com outorga de direito de uso de recursos hídricos para melhoria da gestão e implementação do Parque. Sinalização de áreas de acesso a trilhas para facilitar a identificação dos visitantes. Isolamento de áreas internas. Aquisição de bens e equipamentos para estruturar e fortalecer a gestão da UC.



Proponente: Prefeitura de Bom Jesus de Itabapoana

Status atual: Em andamento

Orçamento original: R\$ 640 mil

Valor contratado: R\$ 449 mil

Valor desembolsado: R\$ 380 mil

Prazo: 6 meses

10.



PROJETO OLHO NO VERDE – COMBATE A DESMATAMENTOS: MONITORAMENTO POR SATÉLITE DA COBERTURA VEGETAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Objetivo geral: Monitoramento da cobertura florestal do Estado do Rio de Janeiro e detecção do desmatamento dos remanescentes e restauração da Mata Atlântica.

Objetivos específicos: Disponibilização de imagens de satélite de alta resolução por acesso *on-line* a banco de dados de imagens de todo Estado do Rio de Janeiro e monitoramento intensivo visando à detecção de desmatamento e restauração em uma área a ser definida de aproximadamente 10 mil quilômetros quadrados.

Proponente: Secretaria de Estado do Ambiente

Status atual: Em andamento

Orçamento original: R\$ 1,3 milhão

Valor contratado: R\$ 1,3 milhão

Valor desembolsado: R\$ 674 mil

Prazo: 12 meses

11.



PROJETO DE FORTALECIMENTO HISTÓRICO-CULTURAL DOS POVOS QUILOMBOLAS DO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA (PEPB), NA ZONA OESTE

Objetivo geral: Promover atividades de educação ambiental do PEPB, integrando o saber histórico-cultural quilombola e a preservação do bioma Mata Atlântica, promovendo a conexão do homem à natureza.

Objetivos específicos: Integrar as comunidades quilombolas Cafundá-Astrogilda, Camorim e D. Bilina à gestão do PEPB e à população; sensibilizar a comunidade da região sobre a ancestralidade quilombola associada à conservação da natureza; aumentar o conhecimento da população local sobre o PEPB e as comunidades quilombolas Cafundá-Astrogilda, Camorim e D. Bilina; estabelecer atividades educativas e culturais nos quilombos Cafundá-Astrogilda, Camorim e D. Bilina, como ações de educação ambiental realizadas pela UC em parceria com as comunidades e apresentar o modo de vida tradicional quilombola como forma de conservação da biodiversidade que inclui o ser humano.

Proponente: Instituto Estadual do Ambiente (INEA)

Status atual: Em andamento

Orçamento original: R\$ 550 mil

Valor contratado: R\$ 475 mil

Valor desembolsado: R\$ 28 mil

Prazo: 24 meses

12.



PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO RESERVA DA VIDA SILVESTRE (RVS) DO SAGUI-DA-SERRA-ESCURO, RVS MONTE ALEGRE E MONUMENTO NATURAL (MONA) DA FLORESTA DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA , NO NOROESTE FLUMINENSE

Objetivo geral: Fortalecimento da gestão e implementação das UCs.

Objetivos específicos: Construção de uma sede administrativa das Unidades de Conservação em terreno público localizado no Distrito Raposo. Construção de dois pórticos com ecoduto. Elaboração de projetos executivos de arquitetura e instalações prediais. Aquisição de bens e equipamentos para estruturação e fortalecimento das três UCs (veículos para fiscalização, equipamentos de informática, de fiscalização e monitoramento de fauna, equipamentos de som) e sinalização das UCs.

Proponente: Prefeitura de Itaperuna

Status atual: Em andamento

Orçamento original: R\$ 2,1 milhões

Valor contratado: R\$ 1,8 milhões

Valor desembolsado: R\$ 367 mil

Prazo: 6 meses

13.



IMPLEMENTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) RIBEIRÃO DA PERDIÇÃO, EM PORCIÚNCULA, NO NOROESTE FLUMINENSE

Objetivo geral: Fortalecimento da gestão da Unidade de Conservação APA Ribeirão da Perdição, por meio do ordenamento e planejamento de seus usos múltiplos e a formação e capacitação de um conselho gestor.

Objetivos específicos: Elaborar o Plano de Manejo da APA Ribeirão da Perdição, formar e capacitar o Conselho Gestor. Sinalizar com placas a unidade de conservação, estruturar e equipar a APA por meio da aquisição de bens e equipamentos.

Proponente: Prefeitura de Porciúncula

Status atual: Em fase de contratação

Orçamento original: R\$ 360 mil

Valor contratado: R\$ 360 mil

Valor desembolsado: R\$ 0

Prazo: 18 meses

PLANO DE MANEJO DA APA RIBEIRÃO DA PERDIÇÃO SAI DO PAPEL

Foram cinco anos de espera! Criada em 2013, a Área de Proteção Ambiental (APA) Ribeirão da Perdição, em Porciúncula, cidade do Noroeste Fluminense, enfim ganhará um Plano de Manejo e um conselho gestor capacitado. Com 6.141 hectares, abriga espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção. A unidade de conservação tem 25% de áreas florestadas e forma um corredor ecológico com a APA Municipal Preguiça-de-Coleira, na vizinha cidade de Natividade. Este é um dos projetos mais novos na carteira do IDG.

14.



IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE BOM JARDIM, NA REGIÃO SERRANA DO RIO

Objetivo geral: Garantir a proteção do PNM de Bom Jardim, por meio de atividades integradas de planejamento, estruturação, comunicação e preservação.

Objetivos específicos: Elaborar o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal (PNM) de Bom Jardim. Elaborar o projeto executivo de arquitetura para a construção de sede administrativa, pórticos e acesso ao interior da UC, torre de observação e passarela suspensa. Aquisição de bens e equipamentos para monitoramento de fauna e equipamentos de combate a incêndios florestais.

Proponente: Prefeitura de Bom Jardim

Status atual: Em fase de contratação

Orçamento original: R\$ 919 mil

Valor contratado: R\$ 0

Valor desembolsado: R\$ 0

Prazo: 11 meses

15.



IMPLANTAÇÃO E FORTALECIMENTO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO LIVRAMENTO, EM CARMO

Objetivo geral: Implantação e implementação do Parque Natural Municipal do Livramento (PNML).

Objetivos específicos: Reforma das estruturas existentes na área do Parque, construção de camping, construção de guarita e acesso principal, reforma da represa, reforma dos alojamentos, reforma do centro de apoio, reforma da casa da guarda ambiental, recuperação do entorno e reforma da sede da fazenda. Sinalização de áreas de acesso a trilhas para facilitar a identificação de visitantes. Aquisição de equipamentos de informática, de mobiliário para equipar a sede administrativa e alojamentos, equipamentos para manejo de fauna, equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos, material e equipamento de apoio, equipamento de combate a incêndios florestais, material de EPIs e uniformes e veículos para monitoramento e transporte de insumos. Contratação de empresa de consultoria para prestação de serviços especializados para elaboração do Plano de Manejo do Parque Natural do Livramento. Contratação de empresa para o desenvolvimento do projeto para a criação de exposição permanente no Centro de Visitantes do PNML. Contratação de empresa para instalação de sistema fotovoltaico de geração de energia elétrica em uma das casas no PNML.

Proponente: Prefeitura de Carmo
Status atual: Em fase de contratação
Orçamento original: R\$ 2,8 milhões
Valor contratado: R\$ 0
Valor desembolsado: R\$ 0
Prazo: 12 meses

16.



IMPLANTAÇÃO DA SEDE ADMINISTRATIVA E DO CENTRO DE VISITAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE CURIÓ, EM PARACAMBI, REGIÃO DO VALE DO CAFÉ DO RIO

Objetivo geral: Construção e estruturação da sede administrativa e do Centro de Visitantes do Parque Natural Municipal do Curió (PNMC), em Paracambi (RJ).

Objetivos específicos: Construção de sede administrativa de visitantes do Parque e aquisição de equipamentos de informática.

Proponente: Prefeitura de Paracambi
Status atual: Em fase de contratação
Orçamento original: R\$ 5,4 milhões
Valor contratado: R\$ 0
Valor desembolsado: R\$ 0
Prazo: 10 meses

17.



PROJETO EXECUTIVO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E CAPAS CAMUFLADAS DE COLETES BALÍSTICOS PARA OS POLICIAIS MILITARES LOTADOS NO COMANDO DE POLÍCIA AMBIENTAL (CPAM) E UNIDADES DE POLÍCIA AMBIENTAL (UPAMS), PARA EMPREGO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS

Objetivo geral: Proporcionar melhor identificação visual dos policiais militares que desempenham o policiamento ambiental nas Unidades de Conservação estaduais, contribuindo para a prevenção de crimes e infrações ambientais.

Objetivos específicos: Aquisição de 700 uniformes camuflados (chapéus tipo australiano, gandas e calças) e 350 capas camufladas de colete balístico para os PMs ambientais das UPAMs usarem em ações nas Unidades de Conservação, em apoio ao INEA em ações preventivas, combate a ilícitos ambientais e atividade de educação ambiental e outros.

Proponente: Secretaria de Estado do Ambiente

Status atual: Em fase de contratação

Orçamento original: R\$ 261 mil

Valor contratado: R\$ 0

Valor desembolsado: R\$ 0

Prazo: 6 meses

18.



AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA AS UNIDADES DE POLÍCIA AMBIENTAL (UPAM) DO COMANDO DE POLÍCIA AMBIENTAL (PMERJ) E COORDENADORIA INTEGRADA DE COMBATES AOS CRIMES AMBIENTAIS (CICCA/SEA)

Objetivo geral: Garantir os meios necessários para que as UPAMs e a Coordenadoria Integrada de Combate aos Crimes Ambientais (Cicca) possam atuar na execução de atividades relacionadas à demanda de crimes ambientais e à gestão das Unidades de Conservação sob a administração do INEA, a partir da reposição de veículos (automóveis), devido ao desgaste de seu intenso uso, de modo a manter a excelência operacional das atividades.

Objetivos específicos: Aquisição de dez veículos (automóveis do tipo picapes) para as UPAMs e para a Cicca/SEA, com o objetivo de fortalecer o patrulhamento ambiental preventivo, o combate aos ilícitos ambientais e fortalecimento de atividades de educação ambiental e outros. Promover estrutura necessária para execução de novas políticas de prevenção, repressão a crimes e a garantia de atuação em infrações ambientais em Unidades de Conservação.

Proponente: Secretaria de Estado do Ambiente

Status atual: Em fase de contratação

Orçamento original: R\$ 2,1 milhões

Valor contratado: R\$ 1,9 milhões

Valor desembolsado: R\$ 0

Prazo: 6 meses

19.



ESTRUTURAÇÃO PARA GESTÃO, PROTEÇÃO E USO CONTROLADO DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE (RVS) PALMARES, EM PATY DO ALFERES, REGIÃO SERRANA

Objetivo geral: Fortalecer a gestão do RVS Palmares por meio da elaboração do Plano de Manejo, da reforma e da ampliação da sede administrativa, da aquisição de equipamentos para o Grupamento de Proteção Ambiental para os fins de controle e fiscalização, e construção de estrutura de apoio e aquisição de bens para realização de atividades de educação ambiental, comunicação e mobilização social.

Objetivos específicos: Elaboração do Plano de Manejo do RVS Palmares. Reforma e ampliação da sede administrativa do RVS Palmares e construção de uma estrutura de apoio às atividades de educação ambiental, visando à criação de novos espaços para administração, comunicação, educação ambiental, controle e proteção, e apoio às atividades de pesquisa. Aquisição de bens e equipamentos. Confeção de placas para sinalização do RVS.

Proponente: Prefeitura de Paty do Alferes
Status atual: Em fase de análise documental para contratação
Orçamento original: R\$ 1 milhão
Valor contratado: R\$ 0
Valor desembolsado: R\$ 0
Prazo: 12 meses

20.



ELABORAÇÃO, REVISÃO E APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS DE PROTEÇÃO INTEGRAL E USO SUSTENTÁVEL – FASE 1

Objetivo geral: Dotar as UCs administradas pelo INEA de Planos de Manejo atuais, objetivos e de execução factível, agregando instrumentos para efetiva implementação.

Objetivos específicos: Elaborar seis Planos de Manejo de diferentes UCs. Revisar três planos de Manejos. Estabelecer o zoneamento das UCs contempladas e respectivas normas. Elaborar e implementar o planejamento para manejo das unidades. Adotar o caráter adaptativo para o planejamento orientado visando ao enfrentamento dos desafios das UC para a geração de resultados, de acordo com sua capacidade de gestão. Estabelecer e garantir a condição de conservação da biocenose e do habitat existentes nas zonas mapeadas. Promover a integração socioeconômica e ambiental em Unidades de Conservação de uso sustentável e nas comunidades do entorno das UCs de proteção integral. Estabelecer, promover e implementar o monitoramento dos alvos de conservação nas UCs e outros indicadores, visando à construção de linha de base e série histórica.

Proponente: Instituto Estadual do Ambiente (INEA)

Status atual: Em fase de análise documental para contratação

Orçamento original: R\$ 3,6 milhões

Valor contratado: R\$ 0

Valor desembolsado: R\$ 0

Prazo: 36 meses

21.



PROJETO DE CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DAS ÁREAS EDIFICADAS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS

Objetivo geral: Promover o desempenho de atividades de suporte operacional de acordo com o escopo do projeto, primando pelo princípio da eficiência, por meio de contratação de empresa de prestação de serviços, visando ao fortalecimento da estrutura de gestão das Unidades de Conservação administradas pelo Estado do Rio.

Objetivos específicos: Contratar empresa especializada de serviços gerais, com as atividades de higienização e conservação das áreas edificadas das Unidades de Conservação do Estado do Rio.

Proponente: Instituto Estadual do Ambiente (INEA)

Status atual: Em fase de contratação

Orçamento original: R\$ 8,4 milhões

Valor contratado: R\$ 0

Valor desembolsado: R\$ 0

Prazo: 24 meses

22.



MULTIPLICAÇÃO E REINTRODUÇÃO DE ESPÉCIES ENDÊMICAS, AMEAÇADAS E CLIMÁCICAS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS

Objetivo geral: Fortalecer o sistema de produção de mudas de espécies nativas endêmicas, ameaçadas de extinção e climáticas, visando ao fornecimento de material genético de qualidade para os projetos de restauração florestal a serem implantados nas Unidades de Conservação do Estado.

Objetivos específicos: Contratar empresa especializada em prestação de serviço de manutenção de áreas verdes e apoio à produção de sementes e mudas de espécies nativas endêmicas, ameaçadas e climáticas, visando à consolidação da Floresta Estadual José Zago (em Trajano de Moraes) como espaço de referência no desenvolvimento de tecnologias de conservação e restauração florestal.

Proponente: Instituto Estadual do Ambiente (INEA)

Status atual: Em fase de contratação

Orçamento original: R\$ 7,5 milhões

Valor contratado: R\$ 0

Valor desembolsado: R\$ 0

Prazo: 24 meses

O QUE ELAS E ELES DIZEM

Gestores ambientais, ambientalistas, representantes de setores produtivos, engenheiros, arquitetos, guarda-parques, membros da sociedade civil... É extensa a lista dos que acompanham de perto a gestão do IDG junto ao Fundo da Mata Atlântica. E os discursos ecoam uma única certeza: a atuação da organização social trouxe, nestes primeiros 18 meses de atuação, transparência, qualidade e agilidade na aplicação dos recursos das compensações ambientais no Estado do Rio.

Uma premissa tem sido seguida pelo IDG: há sempre um representante nas reuniões da Câmara de Compensação Ambiental (CCA) que definem os projetos a receberem os recursos privados. Embora a prática não seja uma obrigação legal, a organização entende que esta é uma maneira de atuar com mais proximidade ao poder público, aumentando a assertividade e a troca de experiências. Uma gestão de eficiência e respeito se faz com diálogo e diversidade de pensamentos.





“É muito gratificante ter a oportunidade de fazer parte de projeto ambiental de suma importância para o Rio. Integrar este time que veste a camisa é motivo de muito orgulho. Somos movidos por alegria, colaboração, criatividade e respeito.”

Silvia Mattos, compradora do IDG

“A entrada do IDG como gestor operacional deu à equipe técnica do INEA uma tranquilidade muito grande, dada a forma transparente, segura e firme com a qual o IDG trabalha, a melhor forma de consolidação de um projeto. Há uma análise qualitativa muito grande, e essa forma de trabalhar potencializa os resultados. Tem sido uma satisfação muito grande trabalhar com o IDG. Espero que essa parceria dure por muitos e muitos anos.”

Paulo Schiavo, diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas (Dibape), do INEA



“A gestão do IDG tem dado continuidade, de maneira positiva, aos esforços de se garantir a integralidade dos recursos da compensação ambiental aos parques e à biodiversidade. Com a crise que quebrou o Estado do Rio, sem o FMA os parques afundariam. Destaco, na gestão do IDG, a aquisição de equipamentos para os guarda-parques e a restauração do reservatório Mãe D’Água, no rio Carioca.”

Carlos Minc, deputado estadual e ex-secretário estadual do Ambiente

“O IDG tem se mostrado um parceiro da mais alta respeitabilidade e sempre em sintonia com os interesses da promoção do desenvolvimento sustentável. Essa parceria com o INEA tem sido da maior importância na gestão ambiental do nosso estado.”

Marcus Lima, presidente do Instituto Estadual do Ambiente (INEA)



“A Mata Atlântica é uma floresta fantástica, com exuberante biodiversidade. Abriga muitas espécies endêmicas. O empreendedor não tem experiência nem saber fazer direito a gestão da mitigação de seus impactos ambientais. Esse fundo estava parado, e essa iniciativa, com o IDG à frente, foi muito interessante, pois nos permite ter os instrumentos necessários para preservar a nossa biodiversidade e a nossa riqueza.”

Haroldo Mattos de Lemos, presidente da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro (Seaerj), ex-presidente da Feema e professor da FGV



“Sem maior apoio da população não vamos conseguir os meios financeiros e humanos necessários para a conservação. Esse apoio só virá por meio de uma estratégia de visitação que combine a recreação, a geração de emprego e renda e a sensibilização da cidadania para a importância de nossos parques e reservas. O trabalho do IDG, ao gerir com transparência e destravar o fundo de compensação ambiental, é fundamental para caminharmos na direção do uso público das Unidades de Conservação.”

Pedro da Cunha e Menezes, coordenador-geral de Uso Público e Negócios do ICMBio, ex-chefe do Parque Nacional da Tijuca e idealizador da Trilha Transcarioca

“O Fundo da Mata Atlântica é um importante mecanismo financeiro desenvolvido pela Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro para otimizar a aplicação dos recursos da compensação ambiental estadual. Desde 2009, vem contribuindo para os processos de criação e gestão de Unidades de Conservação e é tido como um modelo de gestão dos recursos de compensação no País.

Com a excelente gestão do Funbio e mais recentemente do IDG, o Fundo da Mata Atlântica, criado em total observância à legislação, vem permitindo a regularização fundiária, a implantação de infraestrutura, elaboração de planos de manejo e um muito bem estruturado Programa de RPPNs no estado. Devido à forma de aplicação e controle dos recursos, hoje, o Fundo é reconhecido nacionalmente como modelo exemplar de visibilidade e transparência na aplicação da compensação ambiental.”

Marcia Hirota, diretora-executiva da Fundação SOS Mata Atlântica





“A existência de mecanismos financeiros como o Fundo da Mata Atlântica traz eficiência, equilíbrio, transparência e estratégia para a aplicação dos recursos da compensação ambiental previstos no sistema de áreas naturais protegidas (SNUC). Em vez de tratar cada caso isoladamente, ou seja, cada empreendimento com as respectivas Unidades de Conservação que são afetadas direta e indiretamente por ele, esses mecanismos permitem um olhar estratégico sobre os recursos e sobre o conjunto das Unidades de Conservação. Desta forma, é possível assegurar que sejam feitos investimentos também

em unidades que sejam muito relevantes por sua biodiversidade e pelos serviços ecossistêmicos que proveem, mesmo que não sejam afetadas por grandes obras ou empreendimentos. A adoção de critérios para os investimentos, relacionados à performance de gestão e de proteção dos parques e reservas, permite monitorar, de maneira participativa e transparente, o impacto da aplicação dos recursos.”

Beto Mesquita, diretor de Políticas e Relações Institucionais da BVRio

“O Fundo da Mata Atlântica agiliza muito a execução da compensação ambiental, servindo de modelo também para a compensação federal e viabilizando melhorias importantes nas Unidades de Conservação. Na Tijuca, renovamos toda a sinalização e estamos revitalizando um importante patrimônio histórico com recursos do fundo.”

Ernesto Viveiros de Castro, chefe do Parque Nacional da Tijuca



“A gestão operacional do fundo da Mata Atlântica é fundamental para as Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro. Os projetos executados pela IDG são ferramentas essenciais na gestão das áreas ambientalmente protegidas. Recentemente o Parque Estadual da Ilha Grande recebeu a equipe técnica do IDG, e notadamente pode-se observar a plena interação entre a execução dos projetos e a satisfação dos produtos entregues na ponta. O alto nível da parceria existente é uma franca demonstração dos bons resultados obtidos em prol da causa ambiental.”

Tercius Barradas, gestor do Parque Estadual da Ilha Grande



“É com muita satisfação que o time de suprimentos do IDG trabalha incessantemente para continuar superando as metas de prazo, custos e qualidade de contratação. Nosso maior orgulho neste projeto é somar ainda mais para nossa mata expandir seu verde tão resplandecente.”

Rogério Lessa, gerente de Compras do IDG

“Nos últimos 18 meses tive a oportunidade de me relacionar com a experiência e a competência do IDG. A agilidade, dedicação e o profissionalismo com que tratam cada um dos projetos nos deixam muito confortáveis e tranquilos. Cada setor busca sempre o melhor para que o projeto se torne mais eficaz. Tem sido um prazer poder trabalhar com essa equipe.”

Thabta Matos da Mata, chefe do Serviço de Gestão de Projetos da Dibape/INEA



“É gratificante trabalhar em um projeto inovador, com grande diversidade de projetos ambientais em prol de Unidades de Conservação e das equipes que trabalham para a conservação da Mata Atlântica do Rio.”

Valéria Ferro, gerente de Projetos do IDG

“A legislação estadual sobre compensação ambiental passou por aprimoramentos nos últimos anos. Atualmente, o Fundo da Mata Atlântica é considerado um mecanismo inovador de aplicação dos recursos de compensação ambiental em projetos de destinação pública. São muitos atores e instituições envolvidos com a execução desses projetos, e o IDG vem contribuindo de maneira significativa para a obtenção de resultados satisfatórios e impactos positivos para a biodiversidade e para a população fluminense.”

Diego Khouri Mota, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental



EQUIPE FUNDO DA MATA ATLÂNTICA – SEA/INEA

Claudia Almeida

Financeira

Diego Mota

Gestor Público

Jade Kaltner

Assessora Jurídica

Juliana Lima

Administradora

Monique Rieiro

Gestora Pública

Norá Castellano

Advogada

Marta Honorato

Assessora Administrativa

Otávio Cabrera

Geógrafo

Pedro Monteiro

Assistente Administrativo

Sergio Mendes

Secretário Executivo da Câmara de Compensação Ambiental

Zélia Ramalho

Superintendente do Fundo da Mata Atlântica

EQUIPE INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Ricardo Piquet

Diretor Presidente

Henrique Oliveira

Diretor Executivo

Roberta Guimarães

Diretora de Planejamento e Gestão

Maria Garibaldi

Gerente-Geral

Valéria Ferro

Gerente de Projetos

Ana Paula Maia

Gerente Administrativo e Financeiro

Rogério Lessa

Gerente de Compras

Julianna Guimarães

Gerente de Novos Negócios

Maíra Costa

Gerente de Planejamento e Gestão

Isis Bruno

Gerente de Recursos Humanos

Caroline Carvalho

Advogada

CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL (CCA)

Composição (Resolução SEA nº 524, de 22 de julho de 2016)

I- Titular da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), que a presidirá;

II - Presidente do Instituto Estadual do Ambiente (INEA);

III - Titular da Diretoria de Licenciamento Ambiental do Instituto Estadual do Ambiente (INEA);

IV - Titular da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Instituto Estadual do Ambiente (INEA);

V- Titular da Gerência de Unidades de Conservação da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Instituto Estadual do Ambiente (INEA);

VI - Titular da Diretoria de Gente e Gestão do Instituto Estadual do Ambiente (INEA);

VII - Representante indicado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN);

VIII - Representante indicado pela Rede de ONG da Mata Atlântica;

IX - Representante indicado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);

X- Representante indicado pela Associação Estadual dos Municípios -RJ (AEMRJ);

XI - Representante da Coordenação Regional 8 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;

XII - Representante indicado pela Associação Comercial do Rio de Janeiro;

XIII - Representante indicado pela Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio de Janeiro;

XIV - Representante indicado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IDG

Fred Arruda

Hector Gusmão

Joana Pires

Regina Gaudêncio

Roberto Souza Leão

CONSELHO FISCAL DO IDG

Leonardo Faletti

Marcelo Prado Silva

Renato Sobral Pires Chaves

EXPEDIENTE

Emanuel Alencar

Redação

REC Design

Projeto gráfico e diagramação

Bruno Machado

Fotografias da capa e páginas 2,3,4 5,8,9,12,13,15

Renato Deitos

Revisão

Julianna Guimarães

Coordenação de Conteúdo e Produção

Fotografias

Capa e páginas 2,3,4 5,8,9,12,13,15 - Bruno Machado

Página 31 - Divulgação/PMERJ

Página 32 - Divulgação/Instituto Terra de Preservação Ambiental

Página 33 - Divulgação/INEA

AGRADECIMENTOS

Amanda Marques, Bernardo Assafin, Carlos Eduardo Coelho, Cristiane Melo, Daiane Lisboa, Daniela Pires e Albuquerque, Fernanda Vieira, Henrique Casimiro, Nicole Siero, Renata Lima, Roberta Barros, Roberto Roessler, Rodrigo Kahn, Silvia Mattos, Vinícius Capillé, Vitor Costa, Zilto Bernardi.

IDG

RUA DA CANDELÁRIA, 9 / 10º ANDAR – CENTRO – RIO DE JANEIRO/RJ
AV. JOÃO DE BARROS, 903 – BOAVISTA - RECIFE/PE
www.idg.org.br

Sigam-nos nas redes:

 facebook.com/InstitutoIDG

 linkedin.com/company/idg---instituto-de-desenvolvimento-e-gestao/